

## **Linha de pesquisa: História e Dinâmica do Desenvolvimento**

### **MEDIDA MULTIDIMENSIONAL DE POBREZA: Um estudo da importância das dimensões**

Maríndia Brites<sup>1</sup>  
Taís Regina da Silva Ferreira<sup>2</sup>  
Ana Carolina Moura<sup>3</sup>  
Tatiana Lanza<sup>4</sup>  
Solange Regina Marin<sup>5</sup>

**Resumo:** As inúmeras definições e classificações para o termo pobreza, um fenômeno social complexo, torna um problema de difícil mensuração. As medidas da pobreza a serem adotadas dependem da sua conceituação, podendo ser unidimensionais ou multidimensionais. Se enfocada de forma unidimensional, a medida se dá através do aspecto renda, via uma linha de pobreza e a construção de um índice de pobreza. Se for de forma multidimensional, há índices que consideram mais dimensões além da renda via linha da pobreza. Portanto, nesse tipo de medida é importante que a escolha das dimensões seja feita de forma clara e bem estruturada, não sendo apenas um instrumento conveniente. Tem-se como referência internacional de medidas multidimensionais trabalhos como o de Alkire e Santos e, no Brasil, o tema foi abordado também por Kerstenetzky, Kageyama, Hoffman e Barros. Dentre as principais dimensões utilizadas por estes autores estão a saúde, educação ou conhecimento, aspectos relacionados à renda ou a bens e condições de moradia.

**Palavras-chave:** medidas de pobreza unidimensionais e multidimensionais, dimensões.

**Abstract:** The numerous definitions and classifications for the term poverty, a complex social phenomenon, it becomes a difficult problem to measure it. The poverty measure to be taken depend on their conceptualization, it could be one-dimensional or multidimensional. If focused as one-dimensional, the measure is through the income aspect, via a poverty line and the construction of a poverty index. If so multidimensional, there are indices that consider more dimensions beyond income. Therefore, in this type of measurement is important that the choice of the dimensions is done in a clear and well-structured way, not being just a convenient instrument. It has been as international reference of multidimensional measures works such as Alkire and Santos. In Brazil, the issue was also discussed by Kerstenetzky, Kageyama, Hoffman and Barros. Among the main dimensions used by these authors are health, education or knowledge, aspects related to income or assets and housing conditions.

**Keywords:** poverty measures; one-dimensional; multidimensional; dimensions.

**JEL:** I30; I32

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

<sup>3</sup> Acadêmica do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

<sup>4</sup> Acadêmica do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

<sup>5</sup> Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

## **Introdução**

As inúmeras definições e classificações para o conceito pobreza, um fenômeno social complexo, tornam a mensuração um problema complicado. A medida da pobreza a ser adotada depende da sua conceituação. Se enfocada de forma unidimensional, considera o aspecto renda monetária, via uma linha de pobreza. Se for de forma multidimensional, há índices que consideram mais dimensões além da renda monetária e definição de linha da pobreza.

Segundo Araújo e Campos (2009), a ótica unidimensional, por tratar apenas do aspecto renda, gera políticas de combate a pobreza limitadas ao aspecto econômico, deixando em segundo plano as questões de cunho social que também são consideradas essenciais para a sobrevivência digna do ser humano. Assim, o crescimento econômico é o principal foco das políticas públicas, mas não deve ser confundido com a ideia de desenvolvimento, que é capaz de prover melhorias econômicas e sociais. Portanto, o crescimento econômico não é a única solução para a erradicação da pobreza.

A literatura sobre a pobreza multidimensional passou por avanços constantes, e é baseada nas próprias privações das pessoas, provendo uma visão geral da situação da pobreza. Portanto, a definição de um índice de pobreza multidimensional envolve um processo de verificar as “capacitações” dos indivíduos, referente aos funcionamentos que existem na sociedade.

A hipótese a ser discutida no artigo é de que existem outras dimensões além da renda monetária. Se existem essas dimensões, quais são utilizadas nas diferentes medidas de pobreza? Quais dimensões estão sendo empregadas atualmente no Brasil? Desse modo, o objetivo desse artigo é ilustrar as diferentes medidas unidimensionais e multidimensionais da pobreza, analisando a evolução dos índices de pobreza multidimensional. Nosso objetivo último é destacar as dimensões que estão sendo empregadas no Brasil nas diferentes medidas multidimensionais.

Este artigo, além desta introdução, apresenta-se dividido em mais quatro seções. A segunda descreve as medidas unidimensionais e multidimensionais da pobreza e sua evolução. A terceira expõe a definição e a importância das dimensões e a sua importância para a construção de medidas multidimensionais. A quarta discute quais as dimensões que estão sendo empregadas na elaboração de trabalhos que apresentaram um índice multidimensional. A última seção apresenta algumas considerações.

## 2. Medidas de pobreza unidimensionais e multidimensionais

### 2.1 Medidas unidimensionais da pobreza

Segundo Sen (1976, p.219), as medidas de pobreza requerem dois passos: a identificação do grupo de pessoas consideradas pobres dentro da população geral, onde a principal ferramenta é a definição da linha de pobreza; e a agregação, onde é construído um índice de pobreza, ou seja, determinar os indivíduos que são considerados pobres (por exemplo, os que estão abaixo da linha de pobreza), e os que não satisfazem esse critério.

A linha de pobreza pode ser conceituada como um padrão mínimo exigido por um indivíduo para consumir o seu alimento e as suas necessidades não alimentares. Assim, podem-se determinar as famílias que são pobres, que estão situadas abaixo dessa linha, das que não são pobres, acima dessa linha. (Banco Mundial, 2005, p. 26).

A linha de pobreza para uma família também pode ser definida como o mínimo de gasto (consumo) necessário para atingir o nível mínimo de utilidade, porém na prática é impossível medir a utilidade. Portanto, é necessário que haja uma abordagem mais pragmática, e há duas abordagens: a primeira é a linha de pobreza para cada família, de forma que leve em conta a diferença de preços e composição demográfica entre as diferentes famílias, pois, por exemplo, o custo de vida é maior em regiões urbanas se comparadas com as rurais; a outra é uma linha de pobreza *per capita* para todos os indivíduos, mas ajustando as rendas *per capita* para as diferenças de preços e de composição familiar.

Uma característica das linhas de pobreza é que a sua mudança ao longo do tempo, devido a dois fatores: em primeiro lugar, porque as linhas de pobreza são definidas através dos custos de aquisição de alimentos e não alimentos; assim, a mudança dos preços, normalmente pelo efeito da inflação, aumenta as linhas de pobreza nominais; o segundo fator diz respeito à mudança na forma como a linha de pobreza é construída, que pode ser relativa ou absoluta. (Banco Mundial, 2005, p. 27). A pobreza relativa é a melhor escolha se o interesse é focar no segmento mais pobre da população, que são relativamente pobres. Neste caso a linha altera quando há uma variação da renda média, ela segue um padrão de vida, um contexto social. A linha de pobreza absoluta é fixa em termos de padrão de vida, e é essencial se o objetivo é avaliar o efeito das políticas de combate à pobreza ao longo do tempo. Além disso, é possível fazer comparações legítimas entre um país e outro, como por exemplo, a linha de pobreza utilizada pelo Banco Mundial. Porém essa linha apresenta alguns problemas

como o da referência, pois é difícil definir qual o valor utilitário da linha da pobreza; e o da identificação, ou seja, qual é o valor da mercadoria da linha da pobreza.

Para os dois problemas citados anteriormente há duas soluções: a escolha de uma linha de pobreza objetiva e uma subjetiva. A primeira deve ser fixada a um nível que permite aos indivíduos alcançar certas capacitações, incluindo uma vida saudável e ativa e plena participação na sociedade. Essa linha tende a variar, pois os recursos mínimos para o indivíduo alcançar as capacitações aumentam ao longo do tempo; esses recursos podem ser inicialmente as necessidades nutricionais.

Duas formas de tornar operacional essa linha é através da abordagem *Cost-of-Basic-Needs*, e do método *Food-Intake-Energy*. Este método consiste em encontrar o nível de despesa de consumo ou de renda que permite a uma família obter alimentos e outras necessidades básicas, como roupas e abrigos, porém apresenta falhas como as diferenças da região rural e urbana, tanto no preço das mercadorias, como nas preferências dos consumidores; e também dos preços relativos, pois o preço dos alimentos e dos produtos não alimentares não aumentam na mesma proporção. A abordagem *Cost-of-Basic-Needs* é considerada mais satisfatória para a construção de uma linha de pobreza, e é formulada através dos seguintes passos: escolha de uma exigência nutricional para uma boa saúde, estimação do custo que satisfaça este requisito de energia alimentar e por fim adicionar um componente não alimentar. (SEN e ANAND, 1997).

A pobreza subjetiva é definida por meio de respostas obtidas das pessoas sobre o que é pobreza. Por exemplo, em uma pesquisa pode-se perguntar “qual o nível de renda mínimo para você ter acesso as necessidades básicas?”, ou seja, é uma medida de auto avaliação da pobreza, portanto as respostas variam de pessoa para pessoa.

Após a definição da linha de pobreza é possível calcular as chamadas medidas tradicionais de pobreza (*headcount ratio*, proporção de pobres; *poverty gap ratio*, o hiato de pobreza) e medidas avançadas (severidade de pobreza, *squared poverty gap* (FGT) e *Sen Index*).

O *headcount ratio* mede a proporção de pobres, ou seja, a proporção das pessoas que possuem renda *per capita* domiciliar inferior à linha de pobreza. Nesta medida, divide-se o numerador, que é o número de pobres, pelo denominador, que é o total da população, e o resultado varia entre 0 e 1, sendo 0 quando não há nenhum pobre e 1 quando toda a população é considerada pobre.

Esse indicador é utilizado com mais frequência, e possui a virtude de ser de fácil construção e de fácil entendimento, porém não considera a distribuição de renda e segundo Sen (1976), viola dois axiomas. O primeiro é a monotonicidade, pois o indicador não se altera caso haja uma variação na renda, ou seja, uma redução da renda de quem está abaixo da linha de pobreza ou uma elevação sem alcançar a linha de pobreza. O segundo diz respeito à transferência, pois o indicador não é sensível a uma distribuição de renda entre os pobres, não se alterando quando há transferência de renda de um indivíduo pobre para alguém que é menos pobre.

O *poverty gap ratio* mede o hiato da pobreza, ou seja, a intensidade da pobreza para um conjunto da sociedade. Segundo Neder e Silva (2004), essa medida é feita através do cálculo do desvio médio entre a renda dos indivíduos pobres e o valor da linha de pobreza, podendo ser interpretado como um indicador do déficit de pobreza. O indicador fornece o custo mínimo para elevar a renda dos pobres acima da linha de pobreza, através da transferência de renda. Assim como na medida *headcount ratio*, esse indicador varia entre 0 e 1, sendo 0 quando não existe pobre e 1 quando toda a população é pobre. Segundo Sen (1976), essa medida satisfaz o axioma da monotonicidade, mas viola o da transferência.

A terceira medida, a *squared poverty gap*, mede o quadrado do hiato da pobreza em relação a linha de pobreza, ou seja, a severidade da pobreza. Nesse índice usa-se um peso maior para os indivíduos mais pobres e leva-se em conta a desigualdade da renda. Essa medida é criticada por levar em conta somente a insuficiência da renda, mas pode ser adotada quando não há disponível outras medidas que possam descrever o estado de pobreza, quando há correlação entre a renda e os fins que os indivíduos desejam obter e quando o grau de desigualdade entre as pessoas é baixo.

A última medida, Sen Index, combina os efeitos do número de pobres, a distribuição de renda e da profundidade da pobreza. (SEN, 1976, p. 227). Apesar de levar em consideração a distribuição de renda entre os pobres, esse índice é pouco utilizado, pois seus componentes não podem ser decompostos de forma satisfatória.

Com a evolução na discussão da pobreza ocorreu também modificação nas medidas de forma a considerar a natureza multidimensional do fenômeno ser pobre. Por isso, a necessidade teórica e empírica de caracterizar a pobreza como privação de oportunidades e a consequente busca de medidas que possam refletir esse novo conceito.

## 2.2 Medidas multidimensionais

O conceito de pobreza normalmente é citado no sentido de se perguntar se as famílias ou indivíduos têm recursos suficientes para atender as suas necessidades, comparando a renda, o consumo, a educação e outras propriedades com um limite definido, sendo que abaixo deste o indivíduo é considerado pobre em algum atributo. A pobreza pode ser vista como a privação de bens e oportunidades, assim pode-se pensar nela a partir de uma perspectiva não unicamente monetária, ou seja, de forma multidimensional.

A partir dessa nova abordagem, iniciaram-se em 1990 tentativas de medir a pobreza eo desenvolvimento humano, entre as medidas estão o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado as Desigualdades (IDHAD), o Índice de Desigualdade de Gênero (IDG), o Índice de Pobreza Humana (IPH) e o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM).

O IDH mede o desenvolvimento humano através de três dimensões: a longevidade, representada pela expectativa de vida ao nascer; educação, representada pela taxa de alfabetismo e a taxa de matrículas dos níveis primário, secundário e superior; e a renda, que é o PIB *per capita*. Esse índice permite fazer comparações internacionais entre os países, e é constituído de uma abordagem mais ampla; leva em consideração todas as pessoas da sociedade ao invés de um grupo específico.

Como o IDH apresenta somente médias, o índice oculta as diferenças do desenvolvimento humano entre as pessoas de um país, assim o IDHAD reflete a desigualdade em cada dimensão (saúde, educação e renda), “descontando” o valor médio de cada dimensão de acordo com o respectivo nível de desigualdade, além disso, considera a forma como está distribuído. Porém, mesmo captando desigualdades que o IDH não consegue medir, o IDHAD não revela as desigualdades sobrepostas, ou seja, se as mesmas pessoas sofrem uma ou várias privações. (PNUD, 2010).

A terceira medida lançada pelo RDH (PNUD, 2010) foi o Índice de Desigualdade de Gênero (IDG) no qual é o único que inclui o sucesso educativo, a participação econômica e política e os problemas de saúde exclusivamente femininos, sendo um importante indicador das desigualdades de gênero. O índice contém três dimensões para as mulheres – a saúde reprodutiva, a capacitação e a participação no mercado de trabalho. Na primeira dimensão estão incluídos, como indicadores, a mortalidade materna e a fertilidade adolescente; na segunda, os indicadores que medem a capacitação das mulheres são a representação parlamentar e a realização educativa (nível secundário e acima); na última dimensão o indicador é a participação ativa feminina, que inclui mulheres empregadas ou não. Igualmente

ao IDHAD, esse índice capta as perdas dos progressos das dimensões, em decorrência das desigualdades de gênero. O IDG varia entre 0 e 1, sendo 0 quando não há desigualdade e 1 quando existe desigualdade total.

Em contrapartida, o IPH possui uma visão focal, pois se concentra especificamente no padrão de vida da população pobre. Tanto o IDH quanto o IPH utilizam dimensões que estão associados ao desenvolvimento humano, como a qualidade de vida, indo além do padrão renda, porém o IDH utiliza dimensões conglomerativas e; o IPH se baseia na perspectiva de privações. (SEN e ANAND, 1997, p. 04). A pobreza poder ser considerada a pior forma de privação humana, envolvendo a falta de bem-estar material e a negação de oportunidades de viver uma vida tolerável.

O IPH, publicado no relatório de desenvolvimento humano de 1997, surgiu com a importância que foi dada à pobreza dos países mais pobres, onde se demandava um índice mais especializado, se concentrando nas privações que são efetivamente relevantes para esses países. Devido à característica de focar nas privações dessa parcela da população, o índice engloba três dimensões: vulnerabilidade à morte prematura (privação da sobrevivência), taxa de analfabetismo (privação da educação e do conhecimento) e padrão de vida abaixo do aceitável (privação econômica), que está relacionada à renda, que engloba a falta de acesso aos serviços de saúde, a falta de acesso à água potável e a desnutrição. Destaca-se que foram apresentados dois IPHs: o IPH1 para países em desenvolvimento e o IPH2 para países desenvolvidos.

O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) surgiu em 2010 e substituiu o IPH, diferindo dos demais indicadores, pois reflete quantas pessoas sofrem privações sobrepostas e quantas privações enfrentam, enquanto que o IPH não consegue identificar indivíduos específicos, famílias ou grupos maiores que sofressem privações em conjunto (PNUD, 2010). Embora o índice tenha o problema da limitação de dados, o IPM revela um padrão diferente de pobreza, não baseado apenas na pobreza de renda, mas engloba um conjunto diferente de privações. (ALKIRE, SANTOS, 2010, p. 7).

O Índice de Pobreza Multidimensional tem por base o método proposto por Alkire e Foster (2007). O IPM possui as mesmas três dimensões do IDH: saúde, educação e padrão de vida. Esses são mensurados usando dez indicadores. A unidade de análise é a família, e as famílias pobres são identificadas através de medidas agregadas construídas utilizando a metodologia de Alkire e Foster (2007, 2009). Cada indicador e cada dimensão possuem iguais pesos. “Uma família é multidimensionalmente pobre se sofrer privações, pelo menos, em dois

até seis indicadores (a divisão varia consoante o peso do indicador específico na medida geral)” (PNUD, 2010). As dimensões, indicadores e critérios de privação são apresentados abaixo.

A primeira dimensão, a saúde engloba dois indicadores, na qual cada indicador tem peso igual a 1/6. A dimensão é formada por mortalidade infantil, que tem como critério de privação se alguma criança tiver morrido na família, e nutrição, cujo critério de privação é se algum adulto ou criança estiver subnutrido na família. A educação é a segunda dimensão; cada indicador tem peso igual a 1/6. Essa dimensão é formada por anos de estudo e o critério de privação é se na família não tiver um membro que tenha completado pelo menos cinco anos de estudo. Também é formada por crianças matriculadas, que tem como critério de privação se alguma criança em idade escolar está fora da escola entre a primeira e oitava série. O padrão de vida é a última dimensão; cada indicador tem o peso igual a 1/18. É formada por eletricidade (se a família não tem eletricidade), água potável (se a família não tem água potável ou se ela se localiza a mais de trinta minutos a pé da residência), sanitários (se a família não possui sanitário ou divide um com outra família), pavimento (se o pavimento é sujo, arenoso ou de esterco), combustível de cozinhar (se a família usa para cozinhar madeira, carvão vegetal ou esterco), ativos (se a família não possui mais de um tipo desses ativos: rádio, televisão, telefone, bicicleta, motocicleta ou refrigerador e não possui ou um carro ou um caminhão).

A metodologia não especifica dimensões, indicadores, pesos ou cortes, isto é, é flexível e pode ser adaptada a vários contextos. Assim a escolha e definição das dimensões é parte essencial do método AF. Portanto, é necessário definir o que efetivamente é uma dimensão.

## **2. Definição e importância das dimensões**

Segundo Alkire (2002, p. 182), dimensão pode ser considerada como “qualquer um dos aspectos componentes de uma situação em particular”, e as suas características formam o desenvolvimento humano que coexiste com outros componentes. O desenvolvimento humano pode ser entendido como o florescimento humano em seu sentido mais amplo, em assuntos públicos e privados, econômicos, sociais, político, e até mesmo espirituais.

Ainda segundo a autora, há diversos motivos que indicam a necessidade de se especificar dimensões. O primeiro refere-se a dar fundamento epistemológico e empírico para



o objetivo multidimensional do desenvolvimento humano, pois a pobreza precisa ser reduzida e o bem estar precisa ser melhorado. O segundo relaciona-se com a necessidade de metodologias eficazes para as comunidades para avaliar *tradeoffs*. Uma terceira razão fundamental é que um conjunto de dimensões pode ajudar os grupos a identificar impactos não intencionais. A quarta e a última razão para este estudo diz respeito simplesmente à economia política das ideias: as teorias que não são de uso amigável não se espalham.

Para Sen (2000) as dimensões precisam ser entendidas como capacitações. Quando ocorre a expansão dessas capacitações o desenvolvimento acontece, ou seja, quando ocorre a expansão da liberdade. Assim, o desenvolvimento consiste na exclusão das privações, resultando na liberdade das pessoas de promoverem ou alcançarem funcionamentos considerados valiosos. No entanto, uma questão importante é como definir dimensões do desenvolvimento humano que satisfazem tanto as preocupações de Sen (2000) quanto às dos seus críticos.

Para Alkire (2002, p. 182), a chave para especificar dimensões está na abordagem de John Finnis (*apud* ALKIRE, 2002), que desenvolveu uma concepção de "valores humanos básicos" que parece um caminho promissor para atender as preocupações da Sen e oferecer uma ferramenta útil. Finnis argumenta que esses motivos ou valores básicos podem ser identificados por qualquer indivíduo que se pergunta "por que é que eu faço o que eu faço?" e "por que as outras pessoas fazem o que elas fazem?" ao refletir sobre o porquê fazemos o que fazemos, uma pessoa está refletindo sobre suas experiências de vida, raciocinando sobre o que fazer. Quando perguntado repetidamente para qualquer pessoa ou grupo, leva ao reconhecimento de um conjunto heterogêneo discreto de razões mais básicas e simples para agir que refletem a gama completa de funcionamentos humanos. (Alkire, 2002).

Além disso, as "dimensões do desenvolvimento humano são irreduzíveis, não hierárquicas, incomensuráveis e, portanto, tipos básicos de fins humanos" (ALKIRE, 2002, p. 186). Dimensões não são derivadas da ideia sobre o que é ter vida boa, mas são valores ou motivos que são reconhecidos na prática, ou seja, na própria experiência de vida das pessoas.

Depois de definido o conceito de dimensão, é necessário escolher as dimensões a serem usadas no estudo. David Grusky e Ravi Kanbur (*apud* Alkire, 2008) sugerem que a etapa da escolha das dimensões merece atenção, pois não há um consenso sobre qual dimensão utilizar e nem como definir a dimensão que efetivamente importa. Segundo Alkire (2008) existe um grande número de pesquisadores que escolhem dimensões para analisar a pobreza multidimensional, mas que não explicam suas razões pelas escolhas, criando um

problema. Dessa forma, o leitor é incapaz de sondar as dimensões escolhidas, confiar ou questioná-las. Portanto, as dimensões são escolhidas por conveniência, com base nos valores das pessoas ou por convenção dentro da literatura. Robeyns (*apud* ALKIRE, 2008) sugere que é de grande valor quando os autores descrevem explicitamente como e porque eles escolheram as dimensões.

Para Neef e Grisez (*apud* Alkire, 2002, p. 193), as dimensões devem ter as seguintes características: devem ser significativamente valoradas, não apenas um instrumento conveniente; cada dimensão deve ser apresentada de forma clara, de modo que diferentes culturas e sistemas de valores possam identificá-las; em conjunto devem abranger qualquer valor humano; e não demonstra exatamente a visão da boa vida, as dimensões do desenvolvimento humano mostram os valores básicos que as pessoas procuram, não indicam nem virtudes, nem qualidades pessoais.

Além dessas características, as dimensões podem ser selecionadas através de cinco métodos: dados existentes; suposições, que podem ser feitas com base em uma teoria; lista de dimensões, onde as pessoas selecionam as dimensões mais valoradas; processo participativo deliberativo permanente, utilizando discussões em grupo e análises participativas reais das pessoas; e propor dimensões com base em estudos empíricos de valores e / ou comportamentos das pessoas. (ALKIRE, 2008, p. 1).

O RDH (PNUD, 1992) cita a importância de se pensar em dimensões que vão além da renda, pois a erradicação da pobreza deve ser combatida desde o início pelo investimento em pessoas. Pessoas com saúde e educação além de participar do planejamento e execução do programa de desenvolvimento, aumentando seus próprios padrões de vida, promoveram o crescimento econômico de país como um todo.

Como exemplo de dimensões, o RHD de 1994, menciona as “novas” dimensões da segurança humana, que pode ser entendida em dois aspectos: “em primeiro lugar, a segurança de tais ameaças crônicas como fome, doenças e repressão. E em segundo lugar, isso significa proteção contra interrupções repentinas e prejudiciais nos padrões de vida que ocorrem diariamente nos lares, no trabalho ou nas comunidades. Essas ameaças podem existir em todos os níveis de renda e de desenvolvimento nacional”. (RDH, 1994, p. 23). Há dois componentes da segurança humana, que são a liberdade do medo e a liberdade de querer. Dentre as ameaças à segurança humana, é possível citar a econômica, a alimentar, a saúde, a ambiental, a pessoal, a comunidade e a política.

Tendo em vista a importância da definição das dimensões nas medidas da pobreza como um fenômeno multidimensional, a próxima seção destaca algumas pesquisas e as dimensões consideradas.

### **3. Dimensões empregadas**

Com o intuito de investigar e analisar a pobreza de forma multidimensional, diversos artigos foram publicados, inclusive no Brasil, onde apresentam algumas diferenças nas escolhas das dimensões. Nessa seção serão apresentados sete trabalhos referentes à análise multidimensional da pobreza, onde seis são referentes à análise de dados coletados no Brasil e o último refere-se ao trabalho pioneiro do método Alkire Foster, com dados referentes a 104 países, que é a base do índice de pobreza multidimensional (IPM).

AUTORES	NÍVEL DE AGREGAÇÃO	DIMENSÕES	INDICADORES	FONTE	PUBLICADO EM
Celia Lessa Kerstenetzky Márcia Marques de Carvalho Renata Del- Vecchio (2011)	10 regiões metropolitanas: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Distrito Federal	1. Conhecimento; 2. Vida saudável; e 3. Controle sobre o próprio ambiente	1. Escolarização (adultos e crianças), televisão, telefone e computador. 2. Banheiro, esgoto, lixo, iluminação, geladeira, procedência da água, densidade de dormitório e material de construção. 3. Moradia: localização e propriedade do domicílio; Trabalho: infantil e adolescente, desemprego, informalidade, sindicalização; Uso do tempo: tempo despendido no trabalho doméstico, tempo gasto no percurso entre casa e trabalho, máquina de lavar roupa e razão de dependência.	PNAD	Cede - Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento
Kleber Pacheco Renata Del- Vecchio Celia Lessa Kerstenetzky (2010)	Zona Oeste do município do Rio de Janeiro/RJ. Estão compreendidas nesta região 2 Áreas de Planejamento, 8 Regiões Administrativas e 40 bairros.	1. Saúde; 2. Renda; 3. Educação; e 4. Condições de moradia.	1. Mortalidade até os 5 anos, esperança de vida ao nascer, probabilidade de sobrevivência até os 40 anos e taxa de fecundidade total. 2. Percentual de pessoas com renda domiciliar e de crianças em domicílios com renda per capita abaixo de R\$ 75,50, renda per capita, índice de Gini e Índice de L de Theil. 3. Percentual: crianças de 5 a 6 anos fora da escola, crianças de 7 a 14 anos fora da escola, adolescentes de 15 a 17 fora da escola, crianças de 7 a 14 anos analfabetas, pessoas de 15 anos ou mais analfabetos, crianças de 10 a 14 anos com menos de 4 anos de estudo e pessoas de 15 anos ou mais com menos de 4	Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	Cede - Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento

			anos de estudo. 4. Percentual: pessoas que vivem em domicílio com densidade maior que duas pessoas por domicílio, pessoas que vivem em domicílio com energia elétrica e TV, pessoas que vivem em domicílios com		
			telefone, pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica e geladeira, pessoas que vivem em domicílios com água encanada, pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada e pessoas que vivem em domicílios e urbanos com coleta de lixo.		
Larissa Santos Celia Lessa Kerstenetzy (2010)	Favela do Vidigal do Rio de Janeiro	1.Morar bem; 2.ser saudável; 3.Realizar um trabalho gratificante; 4.ter boa escolaridade; 5. ter os filhos protegidos; 6. comer adequadamente; 7. vestir-se adequadamente;	1. Nº de pessoas na casa, se a casa é própria, pagamento de IPTU, ventilação, material da construção, se possui reboco, ocorrência de desabamento, caso a casa seja alugada, se houve despejo pelo proprietário, ocorrência de impedimento de subir o morro e de não poder voltar para casa. 2. Horas de sono, nível de estresse, prática de atividade física, ocorrência de morte de menores de 5 anos, ocorrência de falta de médicos, falta de recursos para obter remédios, frequência de crianças menores de 1 ano ao médico, se faz exame ginecológico anualmente, já fez mamografia, se falta postos de saúde na comunidade, ocorrência de doenças	Questionário aplicado exclusivamente às mulheres	Cede - Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento

		<p>8. ter acesso a serviços básicos; 9. não sofrer preconceito; 10. viver sem medo; 11. participar da vida da comunidade; 12. participar da vida associativa da cidade; 13. temores com relação aos filhos; e 14. ser feliz e ter orgulho próprio.</p>	<p>causadas por vermes na família, conhecimento de métodos contraceptivos gratuitos e na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. 3. Profissão, se está empregada, carteira assinada, horas diárias de trabalho, se gostaria de ter mais tempo para estudar e o que a impediu, e qual profissão escolheria se pudesse. 4. Nível de educação, se alguma pessoa da família é analfabeta e se alguém ingressou na universidade, e se faltam escolas na comunidade. 5. Quantas crianças de até 14 anos moram na residência, há crianças com mais de 5 anos fora da escola, há crianças que trabalham, alguma criança ou adolescente deixou a escola para trabalhar, as crianças praticam esporte, ocorrência de adolescente grávida na família (caso a resposta seja sim, foi por escolha ou acidente?) e o maior temor para os filhos. 6. Se precisou diminuir a quantidade de alimento por falta de recursos e se substituiu alimentos por outros mais baratos. 7. Se falta recursos para obter roupas e calçados. 8. Energia elétrica, água encanada, se há carência de transporte público, coleta de lixo, drenagem de esgoto, pavimentação e iluminação nas ruas adequadas e se falta policiamento na comunidade. 9. Se alguém da família sofreu</p>		
--	--	--	---	--	--

			<p>discriminação, se não conseguiram emprego por morarem no Vidigal, se alguém mudou de residência para conseguir emprego, se há necessidade de estar bem vestida para ser respeitada tanto dentro como fora do Vidigal e se os moradores tem os direitos garantidos como todos. 10. Frequência dos tiroteios, se alguém foi vítima de bala perdida, se já sofreram violência pela polícia, se a casa já foi invadida, se tem medo de sair de casa, se a violência mudou os hábitos da família, se algum conhecido já morreu por conta de tiroteio, por que os jovens se envolvem com o tráfico de drogas e se a violência prejudica a amizade entre os moradores. 11. Se há ajuda dos vizinhos, se possui familiares na comunidade, se participa de uma atividade cultural, culto religioso e associação. 12. Se participa de alguma associação fora da comunidade. 13. Se sente orgulho de morar na comunidade (se sim, por que?), se considera-se uma pessoa feliz, se trocaria de residência por outra igual em outro bairro e se gostaria que os filhos e netos saíssem da favela.</p>		
Mirela de Carvalho Pereira da Silva	Brasil e grandes regiões	<p>1. Vulnerabilidade; 2. Acesso ao conhecimento; 3. Acesso ao</p>	<p><b>1.</b> Fecundidade (se alguma mulher teve filho nascido vivo no último ano e também nos últimos dois anos); atenção e cuidados com crianças, adolescentes e jovens; atenção e cuidados especiais com idosos (</p>	PNAD	IPEA

<p>Ricardo Paes de Barros (2006)</p>		<p>trabalho; 4. Escassez de recursos; 5. Desenvolvimento infantil; e 6. Carências habitacionais.</p>	<p>presença de idoso e ausência de cônjuge); dependência demográfica ( menos da metade dos membros encontram-se em idade ativa); e presença de mãe (existe criança no domicílio cuja mãe já tenha morrido ou que não viva com a mãe). <b>2.</b> Analfabetismo (presença de adulto analfabeto e presença de adulto analfabeto funcional); escolaridade (ausência de adulto com fundamental completo, com secundário completo ou com alguma educação superior); e qualificação profissional (ausência de trabalhador com qualificação média ou alta). <b>3.</b> Disponibilidade de trabalho (menos da metade dos membros em idade ativa encontram-se ocupados e ausência de trabalhador que esteja a mais de seis meses no trabalho atual); qualidade no posto de trabalho (ausência de ocupado no setor formal ou em atividade não-agrícola); e remuneração (ausência de ocupado com rendimento superior a 1 salário mínimo ou a 2 salários mínimos). <b>4.</b> Extrema pobreza (renda familiar per capita inferior à linha de extrema pobreza); pobreza (renda familiar per capita inferior à linha de pobreza); e capacidade de geração de renda (maior parte da renda familiar</p>		
--------------------------------------	--	--	--	--	--



			<p>advém de transferências).</p> <p><b>5.</b> Trabalho precoce (presença de ao menos uma criança com menos de 14 anos trabalhando ou com menos de 16 anos); acesso à escola (presença de ao menos uma criança de 0-6 anos fora de escola ou de 7-14 anos ou de 7-17 anos); e progresso escolar (presença de ao menos: uma criança de até 14 anos com mais de 2 anos de atraso, adolescente de 10 a 14 anos analfabeto, jovem de 15 a 17 analfabeto, uma mãe que tenha algum filho que já tenha morrido, presença de mais de uma mãe que tenha algum filho que já tenha morrido e presença de mãe que já teve algum filho nascido morto).</p> <p><b>6.</b> Propriedade (domicílio não é próprio e domicílio não é próprio nem cedido); déficit habitacional (densidade de 2 ou mais moradores por domicílio); abrigalidade (material de construção não é permanente); acesso a abastecimento de água (acesso inadequado a água); acesso a saneamento (esgotamento sanitário inadequado); acesso a coleta de lixo (lixo não é coletado); e acesso a energia elétrica (sem acesso a eletricidade, não tem ao menos um dos itens: fogão ou geladeira, não tem ao menos um dos itens: fogão, geladeira, televisão ou rádio, não tem ao menos um dos itens: fogão, geladeira, televisão, rádio</p>		
--	--	--	--	--	--

			ou telefone, e não tem ao menos um dos itens: fogão, geladeira, televisão, rádio, telefone ou computador).		
Angela Kageyama Rodolfo Hoffmann (2006)	Brasil e grandes regiões	1. Renda; e 2. Qualidade do domicílio	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Renda de 1/2 salário mínimo.</li> <li>2. Presença de água canalizada em pelo menos um cômodo, a existência de banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade, e luz elétrica no domicílio.</li> </ol>	PNAD/ IBGE	Economia e Sociedade, Campinas
Sabina Alkire María Emma Santos (2010)	104 países	1. Saúde; 2. Educação; e 3. Qualidade de vida.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Nutrição e mortalidade infantil;</li> <li>2. Anos de escolaridade (algum membro da família tenha completo 5 anos ou mais de escola), percentual de crianças de 1 a 8 anos fora da escola e frequência escolar.</li> <li>3. Presença de eletricidade, presença de banheiro com sanitário e sem divisão entre domicílios, presença de água encanada, presença de piso feito de material de construção (madeira, cerâmica, cimento, alvenaria), presença de fogão à gás, posse de bens duráveis (tenha mais de 1 desses bens: rádio, TV, telefone, bicicleta, moto, refrigerador ou tenha apenas um desses bens e mais um carro ou caminhão).</li> </ol>	DHS Demographic and Health Survey MICS hereafter - Multiple Indicators Cluster Survey e WHS World Health Survey	Oxford Poverty & Human Development Initiative (OPHI)

<p>Marcela Ribeiro de Albuquerque Marina Silva de Cunha (2012)</p>	<p>Estado do Paraná</p>	<p>1. Condições habitacionais; 2. Saneamento; 3. Educação; 4. Trabalho; 5. Renda; e 6. Demografia</p>	<p><b>1.</b> Abrigabilidade (material de construção não é permanente e material de cobertura não é permanente), propriedade (domicílio não é próprio), energia elétrica (sem acesso à energia elétrica) e déficit habitacional (nº de moradores por cômodo &gt; 3). <b>2.</b> Esgoto sanitário (esgotamento sanitário inadequado), abastecimento de água (acesso inadequado à água), coleta de lixo (lixo não é coletado) e condição sanitária (não possui banheiro no domicílio). <b>3.</b> Analfabeto (presença de adulto analfabeto), acesso à escola (presença de criança fora da escola), escolaridade (ausência de adulto com ens. fundamental, ausência de adulto com ens. médio, ausência de adulto com ens. superior), progresso escolar (presença de crianças de até 14 anos com ao menos 2 anos de atraso). <b>4.</b> Qualidade (ausência de ocupado no setor formal), disponibilidade (menos da metade dos membros em idade ativa) e trabalho precoce (presença de trabalho infantil). <b>5.</b> Extrema pobreza e pobreza (renda domiciliar per capita inferior à linha de</p>	<p>PNAD</p>	<p>Revista de Economia, UFPR</p>
--	-------------------------	---	---	-------------	----------------------------------

			pobreza). <b>6. Razão de dependentes (N.º de crianças e idosos &gt; do que o de adultos).</b>		
--	--	--	---	--	--

A análise desses estudos mostra a necessidade de definição das dimensões a serem consideradas no cálculo das medidas multidimensionais conforme o objeto de estudo em questão. Tratam-se de trabalhos que tem unidades de análise diferentes e que implicam também em diferenças das dimensões e indicadores considerados.

#### **4. Considerações Finais**

A discussão da pobreza usando como base de análise multidimensões vem ganhando destaque uma vez que o conceito de pobreza é amplo; não se limita somente a renda monetária e sim à privação de capacitações básicas.

Com o intuito de mensurar essas privações de capacitações foi desenvolvido o Índice de Pobreza Multidimensional, que tem como base o método proposto por Alkire e Foster. O IPM revela não apenas a quantidade de pessoas que sofrem privações, mas também quais são as dimensões em que sofrem.

Para definir as dimensões é necessário que essas sejam significativamente valoradas e devem ser apresentadas de forma que diferentes culturas e sistemas de valores possam identificá-las. Elas devem mostrar os valores básicos que as pessoas procuram. Por esse motivo a escolhas das dimensões é de grande importância para desenvolvimento do Índice de Pobreza Multidimensional.

Diversos trabalhos foram feitos usando esse método de mensurar multidimensionalmente a pobreza. Um exemplo é o trabalho de Alkire e Santos, pioneiro na aplicação do IPM, que mede pobreza em 104 países e utiliza a saúde, a educação e a qualidade de vida como dimensões.

No Brasil, destacam-se os trabalhos de Kerstenetzky, Kageyama, Hoffman e Barros que usam geralmente a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) como fonte de dados. Dentre as dimensões mais abordadas pelos autores estão a saúde, a educação ou o conhecimento, aspectos relacionados a renda ou a bens e as condições de moradia.

#### **Referências**

ALBUQUERQUE, Marcela Ribeiro de; CUNHA, Marina Silva da. Uma análise da pobreza sob o enfoque multidimensional no Paraná. Revista de Economia, UFPR, v. 38, n. 3, 2012.

ALKIRE, Sabina. Dimensions of Human Development. *World Development*, vol. 30, n.2, 2002.

ALKIRE, Sabina. Choosing Dimensions: the Capability Approach and Multidimensional Poverty. *Munich Personal RePEc Archive (MPRA)*, n. 886, may.2008.

ALKIRE, Sabina; SANTOS, María Emma. Acute Multidimensional Poverty: A New Index for Developing Countries. Oxford Poverty & Human Development Initiative OPHI Working Paper n. 38, 2010.

ARAÚJO, Kamile Ferreira; CAMPOS, Karen de Oliveira. Análise da Pobreza na Bahia sob os enfoques unidimensional e multidimensional.

INSTITUTO DO BANCO MUNDIAL. *Introduction to Poverty Analysis*. Washington: World Bank, 2005. Disponível em: <[http://info.worldbank.org/etools/docs/library/93518/Hung\\_0603/Hu\\_0603/HandbookPovertyAnalysisEng.pdf](http://info.worldbank.org/etools/docs/library/93518/Hung_0603/Hu_0603/HandbookPovertyAnalysisEng.pdf)>. Acesso em: 10 de dez. 2011.

KAGEYAMA, Ângela; HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 15, n. 1 (26),jan./jun. 2006.

KERSTENETZKY, Celia Lessa; VECCHIO, Renata Del; CARVALHO, Márcia Marques de Carvalho. Uma metodologia para estimação da pobreza multidimensional aplicada às regiões metropolitanas brasileiras – 2003 e 2008. *Cede – Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento (Texto para discussão nº 35)*, 2011.

NEDER, Henrique Dantas; SILVA, Jorge Luiz Mariano da. Pobreza e Distribuição de renda em áreas rurais: uma abordagem de inferência. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, vol. 42, nº 3, Brasília, july/sept. 2004.

PACHECO, Kleber; VECCHIO, Renata Del; KERSTENETZKY, Celia Lessa. Pobreza Fuzzy multidimensional: Uma análise das condições de vida na Zona Oeste do Rio de Janeiro: 1991 a 2000. *Cede - Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento (Texto para discussão nº 30)*, 2011.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Human Development Report 1992: Global Dimensions of Human Development*. New York: Oxford University Press, 1992.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Human Development Report 1994: New Dimensions of Human Security*. New York: Oxford University Press, 1994.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Human Development Report 1997: Human Development to eradicate poverty*. New York: Oxford University Press, 1997.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Human Development Report 2010: The Real Wealth of Nations – Pathways to Human Development. New York: Oxford University Press, 2010.

SANTOS, Larissa; KERSTENETZY, Celia Lessa. Pobreza como privação de liberdade: o caso da favela do Vidigal no Rio de Janeiro. Cede – Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento (Texto para discussão n° 23), 2010.

SEN, Amartya K. Poverty as a ordinal approach to measurement. *Econometrica*, v. 44, mar. 1976.

SEN, Amartya K. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

SILVA, Mirela de C. P. da S; BARROS, Ricardo Paes de. Pobreza Multidimensional no Brasil: IPEA (Texto para discussão n° 1227), 2006.